



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ACTA N.º 6 /2009
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 24-09-2009**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 6 da Sessão Ordinária de 24-09-2009

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA - 24 de Setembro de 2009-----

INICIO - 15h50-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais..... PPD/PSD

1º SECRETÁRIO - Joaquim José da Silva Barraca..... INDEPENDENTE

2º SECRETÁRIO - Artur Ferreira Mendes..... PPD/PSD

MEMBROS - António Simões Martins de Oliveira. PPD/PSD

Vítor Manuel de Jesus Jorge PS

António Francisco Guerra Padrão PPD/PSD

Maria dos Prazeres A. F. Mendanha Albergaria (*em substituição*) PS

Carlos Cabete Cação de Jesus (*em substituição*)..... PPD/PSD

Victor Manuel Barreto Marinho da Cunha PS

Alberto Pedro Caetano PPD/PSD

Nelson César Santos Fernandes PCP-PEV

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal PS

Ilídio Almeida Figueiredo PPD/PSD

Marina Resende Gomes da Silva PS

Antonino da Silva Oliveira PPD/PSD

Carlos Ângelo Ferreira Monteiro PS

Bruno Manuel Samagaio dos Reis PPD/PSD

João Carlos Marques e Silva Paulo INDEPENDENTE

Tiago Patrício Cadima Jorge PPD/PSD

Manuel da Silva Caiano PS

Carlos Alberto da Silveira Cruto PPD/PSD

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz PCP-PEV

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia PS

Carlos Jorge Pires Lourenço PPD/PSD

Manuel Simões Mota PS

António José Dias de Sousa PS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadadas) Jorge Manuel Rocha Oliveira PPD/PSD

(Alqueidão) Maria Caeiro Marques Simão PPD/PSD

(Bom Sucesso) Victor Manuel Andrade Margato PPD/PSD

(Borda do Campo) José António Carvalho Gaspar PPD/PSD



(Brenha)	Fausto Fernando Santos Loureiro	PS
(Buarcos)	Carlos Fernando Moço Ferreira	PS
(Ferreira-a-Nova)	Euclides Pagaimo de Jesus Frade	PPD/PSD
(Lavos)	Isabel Maria Ferreira Curado de Oliveira	PPD/PSD
(Maiorca)	José António Borges Ligeiro	PS
(Moinhos da Gândara)	Paulo Manuel Querido Rodrigues	PPD/PSD
(Quiaios)	José Augusto Azenha Marques	INDEPENDENTE
(Santana)	Fernanda do Rosário Oliveira	PPD/PSD
(S. Julião)	Victor Manuel Silva Coelho	PS
(Tavarede)	Victor Manuel dos Santos Madaleno	PS
(Vila Verde)	João Filipe Carronda da Silva Antunes	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Foram substituídos os seguintes membros: Rui Manuel Marinheiro Carvalheiro por Maria dos Prazeres A. F. Mendanha Albergaria e João Manuel Pedrosa Russo por Carlos Cabete Cação de Jesus.-----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

Justificou a falta à sessão o membro João Manuel Pedrosa Russo.-----

1- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, iniciou a sessão dizendo: “vamos dar início à nossa última sessão da Assembleia deste mandato para o qual todos nós fomos eleitos, ou por eleição directa ou em representação das Juntas de Freguesia.-----
Queria começar por agradecer a todos vós deputados municipais eleitos ou em representação das freguesias, toda a colaboração que prestaram à Mesa ao longo deste mandato. Foi para mim enquanto Presidente, um prazer dirigir estes trabalhos pela forma correcta e de elevado civismo, com que todos os presentes neste mesmo órgão se comportaram ao longo deste mandato, a favor dos interesses dos figueirenses pelos quais fomos eleitos. Agradeço mais uma vez a todos vós, pela maneira como tornaram fácil o trabalho desta Mesa ao longo destes quatro anos.-----

Queria também agradecer em especial aos meus companheiros de Mesa a colaboração que me deram a mim no exercício destas funções. Provavelmente sem eles, o meu exercício teria sido bastante mais difícil e bastante menos positivo, se é que



os senhores entendem que positivo ele foi.-----

Por fim, queria agradecer aos funcionários e nomeadamente à Paula Oliveira, o trabalho, a colaboração e a dedicação que sempre nos prestou nas funções que desempenhou ao longo deste mandato.-----

Também entendo que devo realçar a boa colaboração existida com o executivo no seu todo e em particular com Sr. Presidente da Câmara, para o exercício global das funções que tivemos que desempenhar.-----

A todos muito obrigado e os desejos das maiores felicidades e aos que são novamente candidatos, que desempenhem no próximo futuro o melhor a bem da Figueira da Foz e também por fim, pedir-vos desculpa por alguma falha que tenha existido nas funções que desempenhámos, mas creiam que ela foi por indisponibilidade de tempo, não por qualquer vontade de prejudicar ou de omitir qualquer informação a favor de alguém e em prejuízo de outros.-----

Ia desde já entrar no período de antes da ordem do dia, dando a palavra ao nosso secretário para fazer a leitura resumida do expediente.”-----

PRIMEIRO SECRETÁRIO, interveio para fazer a leitura resumida da correspondência recebida.-----

1.2 - APRECIACÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 2009

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “relativamente a esta acta eu vou-me abster de votar, tendo em conta que a descrição que é feita na página 9 da acta nº 5/2009, diz que o “deputado João Paulo que não votou em nenhuma das opções possíveis, apesar de ser preponente, foi declarado que não votou, rejeitar a moção apresentada pelo Membro João Paulo.” Relativamente a isto, gostaria de ler a todos os senhores deputados um pedido de esclarecimento que fiz em devido tempo e que voltei a fazer em 15 de Setembro de 2009 e neste caso para que todos saibam exactamente o que é que e trata, gostaria de ler: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz:-----

Na sequência da votação de moção relativa taxa municipal de direitos de passagem na sessão ordinária de 26 de Junho de 2009, e após algumas dúvidas surgidas relativamente referida votação, solicitei alguns esclarecimentos.-----

Após ter recebido os referidos esclarecimentos, os quais agradeço antecipadamente, surgiram-me novas dúvidas que pretendo desde já solicitar que V. Exa. me esclareça:-----

1 - Quantos deputados estiveram presentes no momento da referida votação?-----

2 - Quem foi o deputado independente que votou contra a moção?-----



3 - Quem foram os dois deputados independentes que se abstiveram?-----
Nas condições apresentadas por V. Exa., esta moção obteve segundo a informação disponibilizada, 19 votos contra, quatro votos a favor e quinze abstenções. Dezanove votos contra (11 do PS, 7 do PSD e 1 membro independente), quinze abstenções (2 do PS, 2 dos membros independentes e 11 do PSD), e quatro votos a favor (2 do PCP e 2 do PSD). Será que isto no configura uma situação de empate? Esta é a primeira questão.-----

Porque foi decidido rejeitar a moção apresentada?-----
Na acta da sessão ordinária de 26/06/09, vem referido relativamente à votação desta moção, que houve declaradamente um deputado que foi o Sr. Deputado João Paulo que não votou em nenhuma das opções possíveis, apesar de ser preponente, foi declarado que não votou, rejeitar a moção apresentada pelo membro João Paulo.-----

Porque não me recordo de nada ter declarado, algumas dúvidas surgiram que gostaria de esclarecer, nomeadamente:-----

Onde foi declarado que não votava? E quem o declarou?-----
Na hipótese de não ter votado, porque é que V. Exa. não aplicou o previsto no regimento desta Assembleia, nomeadamente no artigo 34, nº 2, onde está referido que nenhum membro da Assembleia presente no plenário pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção?-----

Certo da melhor atenção para este assunto, agradeço desde já o esclarecimento a estas minhas dúvidas.-----

Com os melhores cumprimentos."-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: "eu queria perguntar à Mesa, se a acta seguiu ou não seguiu via correio. Já perguntei ao Sr. deputado João Paulo e ele consultou através da NET, eu até ontem não tive de facto acesso. Nós votaremos a favor à sombra do que fizemos da aprovação da acta em minuta, mas reservamo-nos a algum comentário futuro no caso de confrontados com a acta, chegarmos à conclusão que alguma coisa não está de acordo do nosso ponto de vista.-----

Em relação ao envio de documento via electrónica, eles são úteis mas não podem resumir-se aí, porque ninguém é obrigado a ter um e-mail nem tão pouco ter sempre a NET ligada, nomeadamente quando tem profissão e chega tarde ou tem qualquer tipo de constrangimento. Isto para dizer votaremos a favor, mas reservamo-nos o direito de comentar sejam onde for e a que propósito for, se



acontecer encontrarmos alguma coisa com a qual não concordemos.-----
Se seguiu via correio, foi hoje.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), acrescentou o seguinte: “só para informação da minha colega Silvina Queiroz, eu gostaria de deixar claro que no dia 7 era possível consultar as actas e consultar toda a informação da Câmara, no site da Câmara a partir da semana seguinte deixou de ser. Penso que a Câmara neste momento está a arrumar a casa com um pé lá fora com outro cá dentro, possivelmente deve ser isso.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, esclareceu o seguinte: “permitam-me agora em nome da Mesa esclarecer as questões que aqui foram levantadas. A acta foi enviada salvo erro ou omissão, com a convocatória feita à Assembleia no dia 1/09/2009 pelo correio a todos os deputados sem excepção. É evidente que isto que eu estou a dizer não podemos provar que ela foi recebida por todos a 1/09, porque como sabem a acta é enviada via CTT e salvo o método de ser enviada com aviso de recepção, não poderemos provar que a mesma foi recepcionada pelos seus destinatários. A todos aqueles que estão e que deram a relação do seu endereço electrónico foi também disponibilizada por via electrónica ou seja, a mesma foi enviada por dois processos, CTT e via electrónica. Não pomos em dúvida de maneira nenhuma aquilo que a Sr.^a deputada Silvina Queiroz nos está a dizer, como também agradecemos que dissesse ou sugerisse que a mesma foi enviada ontem ou anteontem ou que lhes poderia chegar às mãos hoje. Se a mesma não foi recebida, estaremos sempre e estaríamos sempre uma vez que esta é a ultima sessão, disponíveis para facultar um segundo envio se a mesma acta, ou se a documentação não tivesse sido recebida em tempo oportuno. É essa nem mais nem menos a nossa missão, é aquilo que devemos fazer e nada mais poderemos fazer do que isto. Lamentamos o facto, mas julgamos que fizemos as tarefas necessárias para que todos e eu digo todos sem excepção, fossem dotados de toda a informação em tempo oportuno dos temas que vamos tratar na Assembleia Municipal. Sobre este aspecto está feita a explicação da Mesa.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “era só uma observação, é que eu recebi pelo correio. Portanto não pomos sequer em causa se há ou não discriminação, porque isso para nós está perfeitamente fora de causa, nem nunca esteve.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “sobre esta questão, eu gostava de clarificar a minha abstenção relativamente à votação desta acta, tendo em conta



que na votação desta moção houve quinze abstenções, duas do PS, duas dos membros independentes, onze do PSD e quatro votos favor, que aqui é que está a questão, não houve quatro houve cinco, dois do PCP, dois do PSD e um do deputado Independente João Carlos Paulo. Não queiram colocar o nosso colega Joaquim Barraca como deputado independente como cortina nesta situação. O deputado Joaquim Barraca como independente, não tem nada a ver com esta situação, é bom que isto fique claro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “sobre esse aspecto não podemos fazer outra coisa senão respeitar o sentido do seu voto. A resposta ao seu e-mail do dia 15 de Setembro, dirigido à Mesa da Assembleia Municipal, ser-lhe-á dada facultando-lhe uma cópia da gravação feita durante a Assembleia se assim o desejar e ela traduz sem margem para duvidas, tudo aquilo que aqui se passou. Para não entrar em mais questões e não atrasar os trabalhos da nossa Assembleia Municipal, poderia dizer algumas coisas mas vou-me abster. Punha desde já à votação a aprovação desta acta.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e cinco votos a favor (17 do PPD/PSD, 14 do PS, 2 do PCP-PEV e 2 dos Membros Independentes) e com duas abstenções (1 do PPD/PSD e 1 do Membro Independente), aprovar a acta da sessão de 26 de Junho de 2009.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

FERNANDA DO ROSÁRIO (PPD/PSD), fez a seguinte declaração de voto: “abstive-me porque não estive presente na Assembleia desse dia.”-----

1.3 - INTERVENÇÕES DE CARÁCTER GERAL

VÍTOR JORGE (PS), interveio para ler um texto sobre uma reflexão genérica do posicionamento do Partido Socialista, documento que se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número um à presente acta.-----

CARLOS MONTEIRO (PS), interveio dizendo: “pedi a palavra para ler um texto que foi enviado pelo Eng. Rui Carvalheiro que passo a referir, documento que constitui o anexo número dois à presente acta.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “nós encaramos esta última sessão como o pré-início da próxima Assembleia, não porque eventualmente continuemos ou não, mas porque naturalmente isto é um ciclo que se acaba e a cada um dos ciclos outros se seguem. Fazemos nossas as palavras dos oradores antecedentes naquilo que se refere aos cumprimentos e às cortesias e continuamos o nosso trabalho.--- Ao ler a informação do Presidente da Câmara Municipal, na pág. 13 deparei com



uma resolução sobre a empresa Águas da Figueira que no seu ponto 1 prova e cito, "proceder à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, ao abrigo no disposto da alínea c) do art.º 47.º do Contrato de Concessão" e depois segue e termina em função da implementação da cobrança mensal, decorrente da Lei n.º 12/2008. Esta reposição apresenta um valor de 117.688,85 € para 2008 e uma média mensal de quinze mil euros para 2009 e no seu ponto dois decide-se e cito "determinar que a concessionária Águas da Figueira, S.A. um plano de modernização do processo comercial, designadamente o nível de facturação e cobrança, com impacto ao nível de redução de custos e da subvenção a suportar pelo Município da Figueira da Foz, a ser implementado em 1 de Janeiro de 2010." Traduzido à letra, esta resolução faz com que a Câmara desembolse a favor da concessionária, cerca de trezentos mil euros nestes dois anos. No seu ponto dois, vai de certeza absoluta transferir esse ónus para os munícipes em 2010, através do aumento do preço da água.-----

Parafraseando alguém, apetecia-me dizer era o que faltava. As despesas de facturação já existiam e a lei obrigava à periodicidade, a concessionária e a concedente é que arbitrariamente fixaram o prazo de dois meses e é nosso entendimento que a Assembleia da República ao fixar o prazo de um mês para a facturação, o que é e era então o prazo mais usado, estava a garantir direitos dos consumidores e não a onerar os seus bolsos, mas mesmo assim para nós é muito difícil acreditar que a concessionária, só pelo facto da facturação passar a mensal, tenha gasto cerca de cento e cinquenta mil euros por ano.-----

Quanto ao ponto dois, não deixa de ser caricato que quem deu à iniciativa privada e menoriza o sector publico, esteja agora a passar um atestado de incompetência às Águas da Figueira, S.A., nomeadamente quando afirmaram obsoleto o processo comercial, especialmente ao nível da facturação e cobrança, esperemos que tal como fizeram à deputada Silvina Queiroz, nenhum administrador da empresa ameace de tribunal a Câmara ou o seu Presidente por estas afirmações. Não o farão de certeza antes de receberem o dinheiro.-----

O que no entanto me deixa espantado, é que no relatório de gestão de 2008 aprovado por esta Assembleia em Março deste ano, na pág. 174, quadro 14, execução orçamental de receitas correntes, na rubrica 4, rendimentos de propriedade, mostra-nos que as Águas da Figueira, S.A., pagaram à Câmara pela concessão, menos trezentos e três mil quatrocentos e setenta e sete euros do que o previsto, que era de setecentos e sessenta e sete mil euros. A justificação



encontra-se na pág. 172, dizendo que, atendendo à diferente interpretação do contrato de concessão, susceptível de recurso à mediação do IRAR, não foi regularizado o valor correspondente ao complemento da renda da concessão, pela incorporação do investimento realizado pelo município antes de 2004. Pelo documento que nos foi distribuído agora e tendo em conta que na rubrica rendimentos de propriedade o grau de execução vai em 11,62, nós gostaríamos de saber se esta questão da dívida das Águas da Figueira à Câmara está resolvida e como? A concessionária pagou ou não? Gostaríamos ainda de saber porque é que a concessionária recorre para a mediação do IRAR, quando o contrato de concessão prevê um tribunal arbitral? Se a concessionária não pagou está em dívida ou não está? E se não pagou porque é que a Câmara não recorre aos mecanismos previstos no contrato para estas situações? É que com franqueza não me parecem suficientemente defendidos os interesses da Câmara, face às Águas da Figueira. Esta concessão nasceu mal e vai continuar. O artigo 47º do regulamento da concessão é na realidade uma enorme bananeira, à sombra da qual a concessionária se pode deitar. Tem direito à reposição do equilíbrio financeiro por tudo e é o espelho de uma certa iniciativa privada, que enche a boca de modernidade que desdenha do sector público e que engorda à custa do Estado e das autarquias.---- Registamos o voto do grupo de vereadores do PS e estaremos atentos para o caso de virem a assumir no município outras responsabilidades, é que por nós CDU ao contrário do PS e PSD, votámos contra a concessão e é nosso propósito que os serviços de água voltem à gestão do município logo que termine a concessão. Encaramos a água como um bem essencial, que não pode estar à mercê dos interesses e o lucro de qualquer empresa. Pensamos que o futuro só vai agravar a relação da concessionária com a Câmara e com os munícipes."-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: "gostaria de aproveitar esta oportunidade para fazer um historial da minha participação nesta Assembleia Municipal. Sendo militante do Bloco de Esquerda desde 1998, propus-me a partir de certa altura, como cidadão da Figueira da Foz, a participar em determinadas momentos que entendi que seriam importantes, para a política deste concelho e por essa via aceitei ser em 2005, candidato à Assembleia Municipal pelo Bloco de Esquerda. Por essa razão tenho que agradecer desde já a cerca de quatro mil eleitores, quatro mil cidadãos da Figueira da Foz que em mim votaram e que em mim confiaram, para estar aqui a representá-los e por essa razão eu entendi na altura, como já algumas vezes fui abordado, tornar-me independente e responder



exactamente como deputado independente, porque represento a voz de quatro mil pessoas que em mim confiaram para aqui estar.-----

Por outra razão, também gostaria de dizer duas ou três coisas. Uma delas é que vivi como minoria durante este período. Não critico a postura de ninguém, mas um clima de asfixia, com alguns momentos caricatos que podemos de alguma forma lembrar mas não vale a pena neste momento descrevê-los. Por outro lado, a minha postura foi sempre uma postura de participação cívica, uma postura de não comprometimento, porque estou quatro anos e vou-me embora, não tenho qualquer comprometimento, não tenho qualquer postura política por detrás disto, estou aqui porque sou eu, por isso estou à vontade e estou se calhar mais à vontade do que alguns dos meus colegas que aqui estão. Agradeço sem duvida toda a colaboração dos meus colegas durante todo este tempo, mas efectivamente eu gostava de deixar isto claro e é nesta perspectiva que eu acho que a democracia tem que evoluir é nesta perspectiva de participação, de evolução, etc.-----

E nessa perspectiva de evolução, gostaria desde já deixar clara uma proposta é que no próximo acordo de concessão de águas, que eu sei que virá não sei se com este governo autárquico, se com o próximo governo autárquico, no próximo acordo como dizia, que ouvissem os trabalhadores no sentido de que os seus direitos e as suas vontades ficassem salvaguardadas, porque neste momento há uma situação que eu penso que todos os partidos políticos que estão aqui representados conhecem, que é uma situação dúbia, que não se sabe muito bem o que é que vai ser "se é carne se é peixe". Penso que todos os partidos políticos deviam claramente sentir essa participação e essa situação.-----

Por outro lado, gostava de também de ler um documento que me foi entregue, não sei se oportunamente senão. A pág. 5 a 7 duma cópia duma empresa Oliveira Reis & Associados que eu já há algum tempo questioneei, porque é que seria sempre esta empresa a fazer auditorias à Câmara e gostaria de deixar claro e alguém que me esclareça algumas coisas. O cálculo do endividamento líquido a 30 de Junho de 2009 da Câmara da Figueira da Foz é a seguinte: endividamento líquido 50.659.765,61 depois temos aqui excepções 8.137.262,00, endividamento líquido 42.522.503,31 ou seja, isto vai dar uma situação de endividamento da Câmara que em termos de excesso de endividamento está 13.872.302,61. Isto quer dizer no final do primeiro semestre, esta Câmara está endividada pelo menos é a leitura que eu faço como qualquer cidadão, em 13.872.302,61. Gostava que os cidadãos da Figueira tomassem efectivamente conhecimento dessa situação."-----



ANTONINO OLIVEIRA (PPD/PSD), interveio para ler um texto sobre a sua passagem pela política, documento que constitui o anexo número três à presente acta.-----

NUNO BISCAIA (PS), interveio para ler um texto sobre o Hotel de Charme no Paço de Maiorca, documento que constitui o anexo número quatro à presente acta.-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: “num dos últimos textos via NET que recebi, foi um lote de convites penso que datados do dia de ontem, entre eles um convite para uma cerimónia solene nos Paços do Município no próximo dia 1 de Outubro, pelas 15h, uma cerimónia de assinatura de um protocolo e de entrega de medalhas nível bronze a alunos da escola Joaquim de Carvalho, uma parceria da Câmara Municipal da Figueira da Foz com a Associação do Premio Infante D. Henrique, assim entendi. Não tenho a certeza de ter entendido bem e gostaríamos de perguntar o porquê desta ligação à associação e questionar uma coisa que para nós é muito mais querida. A presidência da sessão solene nos Paços do Município, Casa da Republica por excelência do poder local, por alguém que sendo o Sr. Duque de Bragança, pessoa aliás muito simpática pelo menos do ponto de vista televisivo, é antecedido o seu nome de três letras maiúsculas SAR, que são Sua Alteza Real. Isto na casa da república entre republicanos, num estado direito democrático e republicano, causa-nos a nós grandes perplexidades e grandes duvidas e gostaríamos de ser esclarecidos lavrando aqui imediatamente o nosso protesto.”-----

MARINA RESENDE (PS), disse o seguinte: “congratulamo-nos com a iniciativa de intenção de construção de mais um Centro Escolar, no caso em apreço do centro escolar de São Pedro. Segundo informação do Diário as Beiras no passado dia 15, este centro irá começar a ser construído no ano de 2010, mas perguntamos qual o terreno que a Câmara vai utilizar para a construção do citado centro? Em segundo, lugar perguntamos se tem a Câmara cabimentada ou condições de vir a cabimentar verba para avançar com este investimento e ainda qual o modelo de financiamento que irá ser adoptado? Assim, esperamos que a pedra que simbolicamente foi lançada para a construção deste centro, não seja uma irmã gémea daquela lançada para a construção do hotel de “charme” a construir em Maiorca. Por tudo isto, não questionamos a iniciativa em si, gostaríamos era de ver esclarecidas todas estas questões que se prendem com a sua efectiva viabilidade.”-----

CARLOS MOÇO (PS), interveio dizendo: “já ouvi aqui dizer ninguém sabe quem é que vai estar cá na próxima legislatura, eu sei com toda a certeza que não estarei e



como tal aproveito a ocasião para felicitar todos e foi pessoalmente para mim um grato prazer e uma aprendizagem também do poder autárquico que aqui foi possível, ainda que de forma humilde, poder exercer. Posto isto, gostaria de ler um voto de louvor, documento que constitui o anexo número cinco à presente acta.”-----

CARLOS MONTEIRO (PS), disse o seguinte: “o meu sentido de voto e de alguns vai ser a abstenção, não porque não louvemos o trabalho feito pelo Sr. Secretário, mas só da perspectiva que o elogio já tinha sido feito a toda a Mesa, englobámos toda a Mesa nesse trabalho.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), disse o seguinte: “o nosso sentido em relação a esta moção é o mesmo que foi posto aqui pela bancada do PS. Nós achamos que o comportamento da Mesa no seu global foi um comportamento que nos satisfaz e não vemos nenhuma necessidade de estar por mais consideração e pelo respeito que nos tenha merecido ao longo destes quatro anos o trabalho do Sr. Joaquim Barraca, em estar a exaltá-lo da forma que foi proposta.”-----

Por outro lado, queria deixar claro uma outra coisa, que me parece regimental, é que uma proposta destas exige um voto secreto. Penso que era necessário que as pessoas tivessem isto em atenção relativamente a esta moção.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: “eu peço desculpa porque eu ia exactamente referir o que o colega Nelson referiu, é que uma proposta destas na minha opinião deve exigir voto secreto e não voto de braço no ar.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “enquanto Presidente da Mesa e salvo melhor opinião, embora eu não seja especialista, aquilo que o Regimento diz no que toca à eleição de membros, portanto eleições nominais para representação desta Assembleia, tal eleição é obrigatoriamente feita e deverá ser feita por voto secreto em urna. Não me parece, declarando desde já que esta não é a minha especialidade, que um voto de louvor a um qualquer elemento se possa assemelhar a uma situação destas, sendo que a ser como eu estou a dizer, não se me configura a necessidade de haver um voto secreto. No entanto, ponho à consideração desta Assembleia e deste plenário se esta minha opinião é corroborada por todos os elementos aqui presentes.”-----

NUNO BISCAIA (PS), disse o seguinte: “é para corroborar inteiramente a sua opinião. Nesta Assembleia já foram feitos vários votos de louvor a pessoas vivas ou não vivas e nunca foi de voto secreto.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “o melhor era consultarmos o



regimento, acho que tirávamos as dúvidas todas é que o artigo diz naquilo que se refere a nomes, quando o Sr. deputado Nuno Biscaia refere que já aqui aprovámos votos de louvor e também votos de pesar e também já dissemos nomes não foi a membros desta Assembleia felizmente ou que estivessem aqui e que tivéssemos que os louvar pelo seu desempenho aqui, são coisas diferentes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “como é óbvio, esclarecendo a sua opinião, aquilo que diz o nosso Regimento e eu passo a ler, na secção 6, artigo 34, quando se diz voto, “ponto nº 1, cada membro da Assembleia tem um voto; ponto nº 2, nenhum membro da Assembleia presente no plenário pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção. (Formas de votação). Artigo 35.º: as votações realizam-se por uma das seguintes formas: a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições ou que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a assembleia assim o deliberar; b) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela Assembleia; c) Por braço no ar; ponto 2. O presidente vota em último lugar.” Acabei de ler a totalidade do artigo 35, formas de votação deste nosso Regimento. Se eu tivesse tomado uma decisão, tê-la-ia tomado antes de pedir a opinião à Assembleia, tal não fiz daí a nossa discussão. Penso que de acordo com o texto deste Regimento, que de alguma forma contraria o comentário que eu tinha feito, eu enquanto Presidente da Mesa optaria por uma votação por voto secreto. Sr. deputado Vítor Jorge faz favor.”-----

VÍTOR JORGE (PS), disse o seguinte: “julgo que é uma crueldade com o nosso amigo Quim Zé Barraca, estar a entrar com a discussão por estas vias. Julgo que em nome do reconhecimento que o Quim Zé nos merece, deveríamos todos assumir que somos também para além disso instituições, partidos aqui representados, face uma outra instituição a Mesa da Assembleia Municipal e portanto devíamos não ferir a susceptibilidade do Quim Zé Barraca por um lado e por outro lado manter o nível institucional destas votações e portanto passarmos à frente, nem sequer entrarmos nessa discussão a meu ver absurda do voto secreto ou voto do braço no ar. Acho que é uma crueldade desnecessária, só isto.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: “quero deixar desde já claro que admiro o trabalho do nosso colega Quim Zé Barraca e não é por isso que eu acho que as votações ou os regulamentos servem para umas coisas e não servem para outras e na minha opinião para esta situação em concreto serve a votação de voto



secreto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “já percebi que na interpretação deste ponto existem divergências e para isso devo-vos dizer que na minha opinião, do que a apreciação da Assembleia decidindo se é por voto secreto ou é por voto expresse de votação de braço no ar. Eu terei a minha opinião, decidirei em conformidade, penso que o posso fazer, mas penso que ao abrigo do regulamento também deve ser o plenário a decidir em caso de dúvida. E isso em caso de dúvida somos todos soberanos, é preferível do que eu numa coisa destas tenha eu a opinião que tiver, numa coisa desta ser a Assembleia a decidir.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “o Regimento foi aprovado e votado no início deste mandato e o que nós temos que fazer é cumprir o Regimento, onde está absolutamente claro que quando se trata da apreciação de comportamentos ou atitudes dos membros desta Assembleia Municipal a votação é secreta. O Sr. Presidente acabou de ler isso e isto não tem duas interpretações.”-----

JOÃO CARRONDA (PS), interveio dizendo: “acho que o Quim Zé Barraca merece toda a consideração das pessoas que aqui trabalharam na Assembleia, mas eu acho que de facto estas situações também são complicadas, porque há aqui muito mais gente que também deu o melhor do seu fora da Assembleia. Penso que o Quim Zé Barraca ficará muito satisfeito com este reconhecimento e até por estas palavras que têm dito, é lógico que é embaraçoso e também tenho alguma dificuldade em me estar a manifestar sem estar a pôr em questão o meu reconhecimento que sou obrigado a tê-lo por outras pessoas que se encontram nesta sala, passando pela Mesa, passando pela Presidência, pela vereação e pelos deputados municipais e presidentes de Junta que aqui estão.”-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: “estamos a fazer um uso salutar da democracia que é uma dádiva, mas se eventualmente estivéssemos a dar uma má imagem, se estivéssemos a fazê-lo, também é porque na bancada do PS foi sugerido este voto de louvor. Já dissemos no principio da Assembleia que para nós, se é falso a leitura da ultima acta e a contagem dos votos em relação ao Sr. deputado João Paulo é que me lançou esta duvida, para mim, o Sr. deputado Carlos Moço era independente mas foi contado no PS segundo o que eu ouvi da leitura da acta de 26 de Junho, portanto daí é que eu retiro essa informação porque para mim até era diversa. Entretanto como já nós dissemos, nós somos eleitos e cada eleito tem responsabilidade de ver, de levar até ao ultimo do seu zelo, da sua



competência o exercício das suas funções, é isso a que nos comprometemos nomeadamente quando tomamos posse.-----

Agora eu vejo uma maneira muito simples de ultrapassar esse constrangimento que me dói, porque eu tenho imensa simpatia pelo Sr. José Barraca. Não é isso que está em causa, é Joaquim José Barraca, eu vejo uma maneira muito fácil é o Sr. deputado Carlos Moço manifestar-se sobre o assunto e retirar eventualmente a sua proposta e se ele não a retira temos que a votar.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: “eu não queria alegar a situação da acta de 26/06 para esta questão em concreto mas efectivamente uma coisa não tem a ver com a outra, mas efectivamente o Sr. acabou de ler uma parte do Regimento desta Assembleia, que diz exactamente que cada deputado presente não pode deixar de votar e que quando estamos a analisar situações em concreto, posturas, formas de trabalho etc., essa votação deve ser por voto secreto. Não estou a pôr em causa o trabalho do meu colega, pelo contrário enalteço o trabalho do meu colega, por isso mesmo eu proponho que neste caso a votação seja por voto secreto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “julgo que está expressa a opinião geral do plenário, permitam-me de alguma maneira julgar e pelo uma ultima vez tal como e relendo o Regimento, eu decido com toda a responsabilidade ou falta dela que me assiste, que a votação seja feita por voto secreto. Vamos proceder à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte sete votos a favor, onze votos brancos e dois votos contra, aprovar a moção apresentada pelo Sr. deputado Carlos Moço, sobre o voto de louvor ao primeiro Secretário da Assembleia Municipal, o Sr. Joaquim Barraca.-----

JOAQUIM BARRACA (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “não estava nada à espera disto, não sabia de nada disto. Apenas estive aqui durante quatro anos, como Primeiro Secretário, no cumprimento estrito das minhas obrigações para com esta Assembleia Municipal, de qualquer das maneiras agradeço e estou satisfeito pelo resultado da votação.-----

Quero-vos dizer também que estive durante cinco mandatos consecutivos nesta Assembleia Municipal, dois mandatos como Presidente de Junta e um como Presidente da Assembleia de Freguesia de Buarcos. Ao fim destes anos todos vou deixar a politica activa, mas é definitivamente e nunca mais me meto nestas andanças. É tempo de outras pessoas aparecerem, porque nós também devemos sair



na altura exacta.-----
Quero recordar aqui pessoas que me marcaram ao longo destes anos. Presidentes desta Assembleia Municipal como Abílio Bastos, Carlos Beja, Duarte Silva, Vítor Pais. Com eles aprendi um bocado o que é ser um bom cidadão e o que é saber trabalhar em prol da comunidade em que estou inserido. Quero recordar aqui também o meu amigo porque foi esse que me lançou na política, já não faz parte dos vivos, Eng. Manuel Alfredo Aguiar de Carvalho e ainda duas pessoas que me apoiaram muito nos primeiros anos em que fui Presidente de Junta, os então vereadores da Câmara Municipal, Dr. Melo Biscaia e a Dr.ª Virgínia Pinto.-----
A todos vós muito obrigado e àqueles que no futuro no concelho da Figueira da Foz, venham a ocupar cargos públicos, seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, seja nas Juntas de Freguesia, desejo a todos as maiores felicidades.-----
Não quero o mal de ninguém, quero acima de tudo o bem do concelho da Figueira da Foz. Muito obrigado.”-----

BRUNO REIS (PPD/PSD), interveio para ler um texto de um voto de pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Ferreira Machado Vaz, de nome artístico Maria Clara, documento que constitui o anexo número seis à presente acta.-----

NUNO BISCAIA (PS), disse o seguinte: “o PS associa-se a este voto de pesar apresentado pela bancada do PSD.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “assim sendo ponho à votação este voto de pesar.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Maria da Conceição Ferreira Machado Vaz, de nome artístico Maria Clara.-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “só para esclarecer e clarificar a minha intervenção, relativamente à situação de endividamento líquido da Câmara a 30 de Junho de 2009. Eu referi que a situação de endividamento da Câmara era 13 milhões 872 mil euros e esta situação não ficou devidamente esclarecida, para além daquilo que excede o máximo legal permitido, que são 28 milhões 650 mil euros e por isso estaremos a falar na ordem dos 45 milhões de endividamento líquido desta Câmara.”-----

ALBERTO CAETANO (PPD/PSD), interveio dizendo: “em nome pessoal e da bancada do PSD da Figueira da Foz e no contexto da aproximação do fim dos mandatos autárquicos para que fomos, eleitos desejo as maiores felicidades a todos os



membros dos correspondentes órgãos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “chegou-nos o pedido de inclusão de três novos pontos na nossa ordem de trabalhos, que resultaram da reunião de Câmara do passado dia 21 de Setembro, a saber como ponto 2.8 - Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para Delegação de Competências de Gestão e Conservação de Edifício Escolar Devoluto - EB1 de Sampaio; ponto 2.9 - Revisão do Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás; ponto 2.10 - 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2009. Alguém se quer pronunciar sobre a inclusão destes três pontos na ordem de trabalhos?”-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), interveio dizendo: “em relação ao regulamento da Biblioteca Municipal, nós vamos abster-nos porque foi completamente impossível lermos com olhos de ver aquele longo documento. Por mais pequenas que tenham sido as alterações, havia necessidade de as articular.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “vamos então proceder à votação da inclusão do ponto 2.8.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto 2.8 - Celebração de Protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para Delegação de Competências de Gestão e Conservação de Edifício Escolar Devoluto - EB1 de Sampaio, na ordem de trabalhos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “vamos então proceder à votação da inclusão do ponto 2.9.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor (18 do PPD/PSD, 13 do PS e 2 dos Membros Independentes), com dois votos contra do PCP-PEV e com duas abstenções (1 do PS e 1 do Membro Independente), aprovar a inclusão do ponto 2.9 - Revisão do Regulamento Interno da Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, na ordem de trabalhos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “vamos então proceder à votação da inclusão do ponto 2.10.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a inclusão do ponto 2.10 - 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2009, na ordem de trabalhos.-----

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO



ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “quanto às questões que foram levantadas sobre o Centro Escolar de São Pedro, relativamente ao terreno, aquilo que está previsto é que se construa este centro escolar que está contemplado na carta educativa, num terreno que é propriedade da Câmara, na Gala, a poente do Centro Geriátrico. É essa a intenção, porque de resto de certo modo é voltar à primeira forma, onde inicialmente tinha sido abordado porque era esse terreno que a Câmara possuía. No entanto, admitiu-se a hipótese de fazer um aproveitamento desse terreno. Este centro está previsto dentro da Carta Educativa, nós tínhamos e temos como todos sabem a garantia do governo que haverá financiamento para todos os centros educativos. Nós partimos desse principio e nesse sentido dentro do QREN, tal como candidatámos neste momento o centro escolar de São Julião/Tavarede, é aquilo que deixamos para que a nova Câmara, durante o próximo ano prepare administrativamente a candidatura deste centro ao QREN, para o centro escolar na zona sul do concelho.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “ no total de despesas correntes, o Sr. tem cabimentada 28 milhões 774 mil euros, eu não tenho os óculos de ver ao perto, o Sr. tem comprometido 27 milhões 303 mil euros, pagou 14 milhões de euros e qualquer coisa, ou seja, teve um grau de execução de 36.44%. O Sr. que vai candidatar-se novamente a um lugar de Presidente da Câmara, vai conseguir executar o total de despesas correntes desta Câmara? Diga-me a mim e aos cidadãos deste concelho. Mais, a questão é esta: total de despesas de capital o Sr. 29 milhões 274 mil euros cabimentado, comprometida 22 milhões de euros. O Sr. tem um grau de execução de 28 milhões, o Sr. promete executar este total de despesas? Lembra-se que em Janeiro, quando acenámos com questões de crise, o Sr. disse a crise nós vamos resolver, vamos começar a pagar aos nossos fornecedores, vamos dar cabimento a tudo. Lembra-se disso, não lembra Sr. Presidente? Lembra-se dessas promessas? Recorda-se disso? Eu estou aqui apenas a cumprir aquilo a que me prometi, a ser a voz daquilo que efectivamente disse, posso não ser o mais politicamente correcto, mas a questão é esta, ainda podia chegar mais a outros pormenores. O Sr. excedeu para além daquilo que a lei permite, o Sr. é um fora de lei, 13 milhões 872 euros, desculpe é um fora de lei. Peço-lhe desculpa mas tenho que o tratar assim.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, interveio dizendo: “o Sr. pode-me me tratar como entender desde que não seja mal criado. Fora de lei é que eu não sou, cumpri exactamente



com o que a lei me obriga, porque senão as contas não poderiam ser homologadas, está a perceber? Eu tenho é muita pena é que o Sr. não perceba aquilo que está a dizer, mas é consigo.-----

Este documento Sr. deputado sabe o que é? Este documento é um documento feito pelos auditores que a Câmara a partir de certa altura teve que contratar para respeitar a lei.-----

É a análise que eles fazem das contas ao fim do primeiro semestre. Relativamente a isto eu não tenho que acrescentar mais nada. Vamos ver se cá estarei ou não, para apresentar as contas no fim do exercício e sobre isto não tenho mais nada a dizer.-----

Sr. deputado Carlos Monteiro, não existe nenhum ónus sobre o terreno. O terreno é propriedade da Câmara, tem capacidade desportiva e portanto não há problema nenhum. Com todo o respeito que tenho pelo Diário as Beiras, obviamente que há aí um engano e até admito que o engano possa ter sido uma má interpretação do que eu disse. O que se pretende fazer durante 2010, é preparar o processo tal como fizemos para o projecto do centro escolar, para o candidatar até ao fim de 2010. O engano foi meu ou da Sr.ª vereadora quando dissemos publicamente, é um erro. Agora a intenção é preparar o processo tal como fizemos para o centro de São Julião. Como sabe, creio eu já foi iniciado o trabalho do projecto preliminar, que terá que ser agora adaptado à nova localização, mas toda a preparação para a candidatura, a apresentação à DREC, tudo isso é aquilo que é feito em 2010. O que nós temos que fazer é ter as coisas concluídas na vigência do quadro até 2013.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: “Sr. Presidente da Câmara peço-lhe desculpa se lhe faltei ao respeito, não era essa a intenção, nem era meu objectivo. Tenho muito respeito pelo Sr. e sabe que pessoalmente nunca lhe faltei ao respeito e essa não é minha intenção. Eu só queria que o Sr. me dissesse, porque com certeza que muitos munícipes estão à espera dessa resposta, que grau de execução é que o Sr. se compromete a dar a este documento que aqui é referido.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “ó Sr. deputado nós apresentámos um projecto de orçamento e um plano de obras que veio aqui no seu tempo à Assembleia, agora quando terminar logo veremos em que situação estamos.-----
As promessas que eu fiz já as fiz.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), disse o seguinte: “Fico na mesma.”-----



2.2 - CONSTITUIÇÃO DO CONCELHO DA COMUNIDADE DO AGRUPAMENTO DOS CENTROS DE SAÚDE DO BAIXO MONDEGO - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “queria em nome da Mesa, pedir a vossa aprovação para retirar este ponto, que indicava a eleição de um representante para o Conselho da Comunidade dos Centros de Saúde do Baixo Mondego. Este pedido de eleição chegou-nos na véspera da sessão do passado dia 26 de Junho e nessa Assembleia era total e completamente impossível fazer essa eleição. Quando este ponto foi inscrito na agenda e após a sua inscrição, consultei os grupos parlamentares desta Assembleia, no sentido de que pareceria inoportuno em fim de mandato e na ultima Assembleia, fazermos a eleição de um representante que perderia a sua representatividade daqui a três semanas.-----
A opinião unânime do grupo do PSD, do PS e do PCP-PEV, é de que isso não faria sentido e que deveríamos sim fazer a eleição desse representante na primeira reunião do próximo mandato. Portanto, em nome de todos os representantes e em conformidade com essa mesma opinião, considero retirado da agenda esse ponto desta nossa ordem de trabalhos.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, retirar da ordem de trabalhos o ponto 2.2, Constituição do Concelho da Comunidade do Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego - Indicação de Representante.-----

2.3 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE, APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 7 DE MAIO DE 2007 E EM SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2007 - ALTERAÇÃO DO PONTO 1 DO ARTIGO 4.º

Foi presente o processo mencionado em epígrafe o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 20 de Julho de 2009.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, questionou o seguinte: “quem quer fazer alguma intervenção sobre este ponto da nossa ordem de trabalhos? Como não há intervenções passava desde já à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude.-----

2.4 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE PARA FISCALIZAÇÃO DE CANÍDEOS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 17 de Agosto de 2009.-----

JOÃO CARRONDA (PS), interveio dizendo: “socorrendo-me ali da história do meu



amigo Antonino, sinto-me uma andorinha no meio disto, porque foi debatido já inúmeras vezes aqui na Assembleia Municipal, a sujidade que se verifica no município, feita pelos canídeos. É um pouco arrojado solicitar à Câmara que se transfira para a Junta esta competência, mas quero agradecer à Câmara a transferência destas competências para a Junta, porque será a forma que terei, ou terá quem ficar no exercício das funções, de limpar um pouco mais e de dar outro aspecto às zonas verdes da Freguesia. Isso devia ser feito noutros lados, mas fico satisfeito e quero aqui manifestá-lo, nessa confiança da Câmara em transferir esta dor de cabeça para a Junta de Freguesia.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, perguntou o seguinte: “mais alguma intervenção? Procedemos à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Vila Verde, no âmbito da delegação de competências para a fiscalização de canídeos.-----

2.5 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ E A JUNTA DE FREGUESIA DE QUIAIOS PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIO ESCOLAR DEVOLUTO - EB1 DE CASAL NOVO

Foi presente o processo mencionado em epígrafe o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 7 de Setembro de 2009.-----

CARLOS MONTEIRO (PS), interveio dizendo: “vou aqui ler uma intervenção a pedido do meu amigo Vítor Jorge, documento que constitui o anexo número sete à presente acta.-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: “estou algo perplexa com aquilo que acabei de ouvir, porque se tivesse sido encerrada apenas a escola do primeiro ciclo do Casal Novo, nós poderíamos com certeza procurar justificações para isso e nomeadamente ir encontrar raízes na exploração desenfreada das águas, no mau acompanhamento do sistema lagunar a norte do concelho que confina com Cantanhede e que partilhamos e lembrar por exemplo que propostas nesse sentido, em Assembleia da Republica foram sistematicamente rejeitadas, em termos de atribuição de fundos para essas qualificações.-----

Lamentavelmente esta não é a única escola encerrada, foram muitas por este País e já foram também algumas no concelho da Figueira da Foz. Aliás, temos vindo sucessivamente Assembleia Municipal após Assembleia Municipal, a delegar



competências na Junta de Freguesia para a gestão, aproveitamento e acompanhamento do ponto de vista de recuperação dos edifícios devolutos. Hoje temos mais esta situação e isto decorre com certeza de políticas municipais, que às vezes não têm a suficiente força, vontade ou capacidade por algum motivo, de junto nomeadamente da Direcção Regional de Educação do Centro, fazer valer a sua vontade, a sua reivindicação e manter as escolas abertas, como tem sido aliás vontade das populações, porque sempre sentem que saem perdedoras nestes processos. Mas as ordens vêm de cima, nomeadamente do governo que temos e que encerrou desenfadadamente escolas do primeiro ciclo, independentemente de haver captação de água ou não e desertificando algumas zonas, tirando a algumas populações o único elo de cultura e de vida que tinham, que era a sua escolinha por mais pequena que ela fosse.”-----

CARLOS MONTEIRO (PS), disse o seguinte: “a questão que eu li e que foi colocada foram os motivos a que levaram a que a escola fechasse e não o fecho das escolas, que tem reduzido número de alunos e que foram só o resultado de uma lei, que se não me falha a memória foi aprovada em 1984, era então o primeiro-ministro o Dr. Aníbal Cavaco Silva.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “passava à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Quiaios para a delegação de competências de gestão e conservação de edifício escolar devoluto - EB1 de Casal Novo.-----

2.6 - DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO CONFINANTE COM A RUA D. AFONSO IV - BUARCOS

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 7 de Setembro de 2009.-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “vamos votar favoravelmente este ponto. No entanto, há aqui uma coisa absolutamente intrigante, é que por aquilo que nós lemos, a pessoa que vai adquirir este bocado prevaricou e a resolução do problema é esta compra que é apenas um prémio desta prevaricação. Nós não pomos em causa a transformação do domínio publico em domínio privado Municipal, nem pomos em causa esta venda. Agora o que pensamos, é que isto deveria ser feito antes de ter havido uma qualquer atitude, que deveria ter provocado por parte da Câmara a coima respectiva.”-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “neste caso vou-me abster



exactamente porque surgem duvidas desta desafecção, no que diz respeito a todas estas situações que entretanto se levantaram e que não foram resolvidas. Por isso há aqui qualquer coisa que não fica esclarecida e eu votarei de acordo com aquilo que eu entendo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “não havendo mais intervenções, vamos então proceder à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor (16 do PPD/PSD, 13 do PS, 2 do PCP-PEV e 2 dos Membros Independentes) e com uma abstenção do Membro Independente, autorizar a desafecção do domínio público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 17,35 m2, confinante com a Rua D. Afonso IV, na Freguesia de Buarcos, a confrontar do lado Norte com Sandra Maria Gil Cruz, do sul com a Rua D. Afonso IV, do Nascente com terreno de particulares - Quinta do Vizo - e do Poente com ALTADIS - Construção e Gestão Imobiliária, S.A.-----

2.7 - PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL DA FIGUEIRA DOMUS - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 20 de Julho de 2009.-----

NUNO BISCAIA (PS), leu um texto sobre a proposta de aumento de capital da Figueira Domus, documento que constitui o anexo número oito à presente acta.----

VÍTOR JORGE (PS), disse o seguinte: “imagine-se o cenário de que a Câmara não tem dinheiro nem tem crédito, mas quer fazer umas obrinhas por razões meramente eleitorais e então diz à Figueira Domes para fazer a obra. Mas a Figueira Domus como é evidente, não tem nem dinheiro nem crédito. Então qual é a solução engendrada? A solução engendrada é um aumento de capital, para supostamente pagar as dívidas das obras, que com carácter eleitoral lá vão ser feitas. Este aumento de capital vai ser realizado, é óbvio que temos muitas duvidas, pois como dissemos no principio, a Câmara não tem dinheiro nem tem crédito, como é que realiza o aumento de capital?-----

Acontece que o aumento de capital não significa nenhuma realização imediata, pelo contrário tem um prazo, não sei se são seis meses ou se um ano e no final desse tempo, segundo os códigos comerciais, se tal não for realizado, a deliberação cai por si só. Estamos aqui a tentar iludir alguém, fazer de conta que vamos pagar uma coisa que de facto a Câmara não vai pagar. É esta a questão de fundo bem escalpelizada julgo eu e só me resta uma solução na minha opinião,



pelo menos é minha decisão que é votar contra.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, esclareceu o seguinte: “os senhores vereadores durante a deliberação e a apresentação na Câmara, não tiveram essas dúvidas, porque estas obras já foram feitas há quatro ou cinco anos. Este aumento de capital já está para ser feito há cerca de três anos e é feito agora, e não tem rigorosamente nada a ver com aquilo que o Sr. disse. O empreendimento está feito há vários anos, até agora não tinha havido a oportunidade de fazer o aumento de capital que era obrigatório, justamente para não descapitalizar a empresa.”-----

VÍTOR JORGE (PS), disse o seguinte: “eu até admito estar perfeitamente errado relativamente a esta matéria, mas a verdade o que nos é transcrito nos documentos que foram apresentados, é de que se trata de umas obras de urbanismo que eram da competência da Câmara Municipal e cuja competência foi transferida para a Figueira Domus, com a garantia do aumento de capital para supostamente assumir essa responsabilidade do pagamento. É isto que está nos documentos que nos foram distribuídos e se há erro da minha parte, é por essa via e não por outra qualquer.”-----

NUNO BISCAIA (PS), acrescentou o seguinte: “não duvidando do esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara, o que consta dos documentos não é isso, é uma informação muito mais básica e em consciência não podemos votar favoravelmente.”

PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “eu disse logo de imediato que a informação pode levar a um engano. Isto foram responsabilidades que nós Câmara e Figueira Domus assumimos, quando foi da falência da Cooperativa e isto passa-se há vários anos e portanto aquilo que eu posso dizer, é que de facto se tivessem pedidos esclarecimentos de outra forma teriam sido dados. Não nos apercebemos que poderia haver esta desinterpretação dos factos que aconteceram.”-----

NELSON FERNANDES (PCP-PEV), interveio dizendo: “já veio aqui à Assembleia Municipal há uns anos atrás, a assunção de responsabilidades relativamente às obras que foram da responsabilidade da Cooperativa Grão a Grão e que penso são estas que aqui estão. O que eu queria perguntar é se isto tem a ver com a assunção desse património nessa época.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, respondeu dizendo: “tem.”-----

NUNO BISCAIA (PS), disse o seguinte: “no fundo, esta proposta é suportada por uma mera carta enviada ao Sr. Presidente pela Sr.ª Administradora, que diz que é para arranjos urbanísticos e exteriores nos muros no Bairro do Hospital e no Bairro da Fonte Nova, Brenha. Se bairro da Fonte Nova, Brenha é Grão a Grão, o



bairro do Hospital não é. Julgo não estar errado.”-----

PRESIDENTE DA CÂMARA, respondeu dizendo: “é”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “mais alguma questão? Passávamos então à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte e cinco votos a favor (15 do PPD/PSD, 5 do PS, 3 dos Membros Independentes e 2 do PCP-PEV), com um voto contra do PS e com sete abstenções do PS, aprovar o aumento de capital social da Figueira Domus, Entidade Empresarial Municipal, de 890.217,00 € (oitocentos e noventa mil duzentos e dezassete euros) para 1.790.217,00 € (um milhão setecentos e noventa mil duzentos e dezassete euros), realizado com entradas em dinheiro, 650.000,00 € já realizado e 250.000,00 € a realizar até 31 de Dezembro de 2010, não sendo exigível por lei, pela deliberação ou pelo contrato a realização de quaisquer outras entradas.-----

Em consequência deste aumento de capital social, a Assembleia Municipal aprovou a alteração do artigo 12º dos Estatutos da referida empresa, passando o mesmo a ter a seguinte redacção “o capital estatutário da empresa é de 1.790.217,00 € (um milhão setecentos e noventa mil duzentos e dezassete euros).-----

2.8 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ E A JUNTA DE FREGUESIA DE MARINHA DAS ONDAS PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIO ESCOLAR DEVOLUTO - EB1 DE SAMPAIO - EXTRA-AGENDA

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2009.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguma intervenção sobre este tema? Passávamos então à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a celebração do protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Junta de Freguesia de Marinha das Ondas, para a delegação de competências de gestão e conservação de edifício escolar devoluto EB1 de Sampaio.-----

2.9 - REVISÃO DO REGULAMENTO INTERNO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PEDRO FERNANDES TOMÁS - EXTRA-AGENDA

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2009.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “alguma intervenção sobre este tema? Passávamos então à votação.”-----



A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor (15 do PPD/PSD, 12 do PS e 2 dos Membros Independentes) e com três abstenções (2 do PCP-PEV e 1 do Membro Independente), aprovar a Revisão do Regulamento Interno da Biblioteca Municipal, Pedro Fernandes Tomás.-----

**2.10 - 3.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2009 -
EXTRA-AGENDA**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe, o qual foi aprovado em reunião de Câmara de 21 de Setembro de 2009.-----

JOÃO PAULO (INDEPENDENTE), interveio dizendo: “eu vou votar contra, porque não tive tempo suficiente para poder analisar essa documentação.”-----

SILVINA QUEIROZ (PCP-PEV), disse o seguinte: “nós vamos a votar a favor, não é do monumento, é da filosofia que é homenagear os jovens sacrificados pela injusta guerra colonial que Portugal encetou. Nós vamos votar a favor da homenagem a todos os jovens mortos e estropiados e às suas famílias sofredoras nessa guerra profundamente injusta. Claro que depois o que será o monumento fica para umas futuras “núpcias” e esperemos que não nos arrependamos desse nosso voto.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “mais alguma questão sobre este ponto? Passamos então à votação.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor (14 do PPD/PSD, 13 do PS, 2 do PCP-PEV e 2 dos Membros Independentes) e com um voto contra do Membro Independente, aprovar a 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2009.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

NUNO BISCAIA (PS), fez a seguinte declaração de voto: “para dizer que o PS, contrariamente ao que tem feito, votou favoravelmente esta 3ª Revisão às Grandes Opções do Plano, tendo em conta que a proposta foi trazida à reunião de Câmara pelos vereadores do PS e obviamente pela causa em si não poderia ser por nós rejeitada.”-----

3 - PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “temos um munícipe trata-se do munícipe José Mário Valente Cecílio.”-----

MUNÍCIPE, JOSÉ CECILIO, interveio dizendo: “eu vinha aqui parece com uma questão de somenos importância, que é uma questão de horários, mas não pude deixar de pôr a esta Assembleia, porque hoje em dia e tendo em conta aquilo que é a lei de



bases da educação e sobretudo com a introdução do novo decreto de lei que faz o regimento agora destes problemas, cabe grande parte à Câmara e à comunidade, a integração da educação das nossas crianças que pertencem à comunidade e a responsabilidade também dos deputados, a debruçarem-se muitas vezes sobre esses aspectos. Foi só por isso que trouxemos esta questão aqui e porque acho que é extremamente importante, a Câmara tem responsabilidade na AEC's, na contratação dos professores para darem as AEC's e o que é que se passou e tem se passado no ano passado e tem-se passado em várias coisas, a componente lectiva que ia naquele dito horário normal como está na lei que é das 9h às 12h e depois no período da tarde das 14h às 15h30, para dar a componente lectiva, a componente curricular, aquilo que as nossas crianças vão aprender de facto as bases do português, da matemática e do estudo do meio, veio ser seccionada todos os dias várias vezes ao dia. Por exemplo, a manhã tem três interrupções, pelo menos no horário. Numa escola pequena, os professores sabem perfeitamente que é impossível dar aulas com interrupções constantes das actividades e nós vínhamos solicitar à Câmara, porque o agrupamento já disse que estava muito dependente da contratação das AEC's, que se debruçassem mais a sério sobre este assunto e que vissem com olhos de ver, que primeiro está a componente curricular e as AEC's, depois. Há várias formas pelo decreto que rege as AEC's de conseguirmos arranjar outras actividades para as crianças, outras coisas, há a obrigação da escola estar aberta das 9h até às 17h30, não é? Mas isso é uma obrigação da escola, pode ter ou não ter AEC's tem a obrigação de estar aberta. As AEC's são um complemento à formação das crianças.-----

As crianças e os pais estão a viver neste momento este pesadelo, têm as crianças numa agitação permanente, têm as crianças a começar com actividades por exemplo de educação física logo de manhã, ficarem encharcadas, não têm condições nenhuma, a seguir vão para a aula sem poderem mudar o seu fato, têm uma interrupção para o almoço, o almoço naquela escola processa-se também de uma maneira caótica. Têm que dar em duas horas almoço a dezasseis turmas, são cerca de quatrocentos alunos e então o que é que acontece? As crianças entram e saem a correr e claro as mais pequenitas que entraram este ano, só comem a sopa e vêem com a fruta na mão, porque não estão habituadas a este movimento todo. Só quem for àquela escola e a nossa vereadora já se apercebeu também destas coisas, era só para sensibilizar a Assembleia que de facto a educação é um pilar da nossa sociedade e da nossa comunidade. Obrigado."-----



MUNÍCIPE, JOÃO SILVA, disse o seguinte: “sou representante do 3ºB daquela escola e não pude ficar impávido a ouvir. Parece-me que a responsável é a Dr.ª Teresa Machado e se não é, então converse com o Sr. director, porque o Sr. director diz que é a Câmara é que é responsável. Tenho que dizer isto, porque não vale a pena dirigirmo-nos só aos deputados, os deputados não têm culpa nenhuma. Se há culpados temos que os apontar e chamar pelos nomes.-----

Eu não vejo nenhum problema, o inglês ser por exemplo a primeira AEC do dia, a primeira aula do dia, pronto ai admito. O inglês há-de vir a ser uma disciplina como outra qualquer, agora educação física, crianças a terem educação física às 11h30 quando ficam com o fato de treino todo encharcado e depois não há condições, porque a Dr. sabe que não há condições naquela escola para tomarem banho, mudar de roupa e as crianças ficam com o fato de treino encharcado até ao fim do dia. É assim, se fossem vosso filhos não sei o que é que fariam, nós somos pessoas de bem e estamos aqui para conversar, não estamos a pedir para no próximo ano lectivo reflectirem acerca disso, porque não vos damos tempo para isso. Se não voltarem atrás porque nós também temos sugestões, nós vamos tomar outras medidas, não vamos esperar pelo próximo ano lectivo. Isto é garantido.--- Outra coisa, um dos argumentos que vão apresentar, sim que nós sabemos quais são os argumentos, um deles é que os professores das AEC's coitados têm poucas horas e nós tentámos arranjar-lhes mais horas, porque eles precisam de ter um ordenado, aceito.-----

Agora vou-vos dar um exemplo da professora de música, que tem oito horas por semana, perfaz um total de 256€ por mês. Acham que ela se vai governar com 256€ euros por mês? Assim que ela tenha outro emprego, ela vai-se embora nem que seja para o supermercado. Portanto não venham com desculpas, as AEC's são após as 15h30 e não se fala mais nisso.-----

Os estudos que fizeram a dizer que as crianças, aliás foi por causa disso que há dois anos acabaram com os horários da manhã ou da tarde, foi por causa disso por estudos que fizeram, os entendidos, os senhores doutores, que fizeram os estudos então disseram não senhor. matemática não se pode aprender ao fim do dia, porque as crianças estão cansadas, tem que ser nas primeiras horas do dia. Então e agora esses estudos perderam a validade? Eu vi a etiqueta desses estudos não fala em validade. É tudo, obrigado a todos e pensem bem.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “muito obrigado. Está terminada a ordem de trabalhos da nossa Assembleia. Sr. Presidente faz favor.”-----



PRESIDENTE DA CÂMARA, disse o seguinte: “gostava antes de terminar a sessão e porque é a ultima desta legislatura, gostava de aproveitar para cumprimentar V. Exa., a Mesa e todos os senhores deputados. Naturalmente que ao longo desses quatro anos tivemos divergências, isso é natural. De uma forma geral foram aprovadas quase sempre com votos favoráveis, as questões mais importantes para o funcionamento do concelho, dentro de uma relação e de uma discussão que também diria não ter ultrapassado as boas regras democráticas e por isso eu queria também em nome pessoal e em nome da Câmara, agradecer a todos os senhores deputados eleitos e a todos os deputados com assento por direito próprio neste órgão autárquico, a participação. Tudo que fizeram, com certeza que foi no intuito de melhorar a vida dos figueirenses e aproveito para desejar a todos as maiores felicidades. Houve aqui algumas despedidas, mas são de pessoas que ainda têm uma idade que não tem que necessariamente ser uma despedida da vida politica e principalmente da vida cívica, que por razões diversas não estão candidatáveis a nenhum lugar, mas estou certo que continuarão a participar na vida cívica do concelho. O futuro como é dito a Deus pertence e eu só espero é que haja saúde, felicidade e desejo em termos profissionais, em termos familiares e também em termos políticos, o maior sucesso para todos. Muito obrigado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, disse o seguinte: “muito obrigado Sr. Presidente, foi uma quebra regimental mas eu julgo que foi inócua. Muito obrigado, em nome de toda a Assembleia pelas suas palavras.-----

Queria pedir-vos a aprovação desta acta em minuta e desejar a todos as maiores felicidades Muito obrigado e até ao próximo mandato.”-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta.----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----